

THEREZA CALVET DE MAGALHÃES, *Filosofia analítica: De Wittgenstein à redescoberta da mente*. Belo Horizonte, Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 1997, XII + 204 pp.

Além de uma introdução e uma conclusão, o livro se divide em duas partes.

Sob o título “Atomismo e logicismo”, a *introdução* apresenta, inicialmente, o conceito de análise de G. E. Moore. A seguir, a autora acompanha as principais etapas na evolução do pensamento de B. Russell, desde a sua proposta de uma ontologia pluralista até o atomismo lógico, expondo, ao mesmo tempo alguns de seus conceitos, como o de denotação, e algumas de suas realizações, como a “teoria das descrições”. A referência ao atomismo lógico serve de ocasião para iniciar a apresentação do *Tractatus* de Wittgenstein. Aqui a autora expõe as teorias da figuração e da função-verdade, além de outros aspectos básicos, como a concepção de filosofia, a questão do limite da linguagem e do indizível.

A *primeira parte*, intitulada “O empirismo lógico: sua evolução, suas críticas”, está dividida em três capítu-

los. O primeiro capítulo é dedicado ao “Empirismo lógico: o Círculo de Viena”. Aqui o leitor encontra os principais pontos da doutrina do “Círculo”, como a concepção da filosofia como análise lógica da linguagem científica, o princípio da verificabilidade, a idéia da ciência unificada. Além disso são expostas divergências entre membros do Círculo, como por exemplo, a maneira diferente de Schlick e Neurath entenderem a verdade. A evolução das idéias iniciais do grupo é apresentada acompanhando o desenvolvimento das análises de Carnap relativas ao princípio de verificabilidade e da “linguagem observacional”, bem como a introdução de novos conceitos, tais como sua distinção entre o modo “material” e o modo “formal” de uma linguagem.

O capítulo dois faz uma resenha dos principais aspectos sob os quais K. Popper discorda do empirismo lógico: a eliminação da metafísica, a unificação da ciência, a base empírica da ciência, a lógica indutiva, a concepção da filosofia.

Já o terceiro capítulo resume as “críticas de J. Habermas ao racionalismo crítico” relativas aos seguintes aspectos: o problema dos enunciados de base, a legitimação crítica e a prova

indutiva, o dualismo dos fatos e das decisões.

Também a *segunda parte* do livro, intitulada “Por uma teoria dos atos de linguagem (Esboços)”, compreende três capítulos. O primeiro deles apresenta, de maneira bastante sucinta, e com base em alguns conceitos, como “gramática”, “jogo de linguagem”, “semelhança de família”, a transição no pensamento de Wittgenstein do *Tractatus* para as *Investigações filosóficas*.

O segundo capítulo é dedicado a J. L. Austin. Apresenta a sua idéia de filosofia como “fenomenologia lingüística” e descreve o desenvolvimento de suas análises relativas aos atos da fala, desde a distinção entre “constatativos” e “performativos” até a sua divisão dos proferimentos em cinco classes.

O último capítulo desta parte, “A teoria geral dos atos de linguagem e a ação comunicativa”, expõe, com base na obra de J. R. Searle, “*Speech Acts*”, a sua concepção de filosofia como “teoria da ação lingüística”. O trabalho de Searle é apresentado como a execução do projeto de Austin de elaborar uma autêntica teoria da linguagem, superando o *slogan* de que “a significação é o uso”. Ao final do capítulo, a autora apresenta o juízo de J. Habermas a respeito do pensamento de Searle: a análise dos atos de linguagem a partir do aspecto da validade estaria correta, mas falta a dimensão intersubjetiva.

Com o título “A redescoberta da mente”, a *conclusão* do livro se constitui, basicamente, numa síntese da obra de J. Searle, “*Intentionality*”. Apresenta a idéia de Searle de que é preciso fundamentar e completar a teoria dos atos de linguagem com uma teoria da intencionalidade, ou seja, dos “estados e eventos intencionais”. A seguir expõe a análise e a classificação das vá-

rias formas de intencionalidade que, segundo o próprio Searle, abstrai da tradição filosófica a respeito do mesmo tema.

“*Filosofia analítica: de Wittgenstein à redescoberta da mente*” é uma exposição de aspectos fundamentais do pensamento dos principais representantes da chamada filosofia analítica. E aqui pode-se concordar com a autora de que “a divisão deste trabalho é suficientemente representativa de uma certa maneira de filosofar, hoje largamente difundida” (Nota prévia, p. IX). Neste sentido, trata-se propriamente de uma obra pertencente à história da filosofia, e não de algo mais sistemático, como o título, e em especial, o subtítulo parece sugerir. Por esta razão, também é difícil entender porque o atomismo lógico, desenvolvido por Russell e Wittgenstein em seu *Tractatus*, é apresentado sob o nome de “Introdução”.

Mas isto não tira, de modo algum, os méritos do livro. A autora está plenamente justificada quando assinala “o interesse didático deste trabalho” (Nota prévia, p. X). A clareza e a exatidão com que são expostos conceitos básicos dos filósofos estudados são motivo suficiente para recomendar o livro a estudantes de filosofia. Além disso, a riqueza das referências bibliográficas o torna útil para qualquer estudioso da área. Também merece menção o cuidado na impressão gráfica juntamente com a correção do texto, ainda mais, tendo em vista as freqüentes citações de expressões e títulos de obras em língua estrangeira.

Werner Spaniol

MEIKLE, Scott. *Aristotle's Economic Thought*. London: Oxford Claredon Press, 1995.

MURPHY, James Bernard. *The Moral Economy of Labor; Aristotelian Themes in Economic Theory*. Yale University Press, 1993.

Esses dois livros, ainda inéditos no Brasil, marcam a virada do pensamento econômico. Ambos têm em comum o retorno ao pensamento aristotélico. Meikle restabelece o fundamento metafísico e ético dos escritos econômicos de Aristóteles. Murphy chama a atenção para um princípio da organização do trabalho voltado para a produção e que leve em conta o desenvolvimento moral.

Para eles, desde a Economia Política Clássica, a ciência econômica desvirtuou-se da lição clássica ao considerar a economia como disciplina técnica. Ela nasceu tributária da ciência moderna, que instaurou autonomia em relação à política e à moral. Nas ciências físicas e biológicas, o racionalismo e o empirismo modernos impulsionaram vertiginoso desenvolvimento tecnológico pela possibilidade de se isolar o experimento. Ao contrário, as ciências humanas nunca poderão transformar-se em puro desenvolvimento tecnológico.

Disso, a economia é exemplo flagrante. Observam-se seus limites como ciência moderna, ora pela dificuldade de se universalizarem indicadores, ora pelo desastre de um mesmo receituário aplicado a países diferentes. Os fracassos das políticas econômicas acabam por burlar a presunção de neutralidade que os economistas querem atribuir aos seus modelos explicativos. Comparando-se as décadas de 70 e 90, é fácil constatar que o progresso econômico mudou de caráter. Antes, o crescimento da economia era o fator para a melhoria das condições sociais, bem

como ampliação dos direitos e conquistas trabalhistas. Foi o que se observou com o *welfare state* a partir do pós-guerra no mundo capitalista. A década de 90 subverteu esta relação. Sacrificam-se conquistas e condições sociais anteriores para a retomada do crescimento. E, paradoxalmente, quanto mais se cresce, mais se agravam as distâncias entre camadas sociais, países ricos e pobres. A elevada taxa de desemprego tornou-se chaga generalizada que promove a exclusão social jamais vista, mesmo se comparada ao período das outras revoluções industriais. Três últimos anos de acentuada globalização da economia brasileira fizeram o desemprego bater recorde, superando os anos oitenta, em que não houve crescimento econômico e o desemprego chegara aos maiores índices. Consideradas a década perdida, os anos oitenta também não foram capazes de desempregar como agora. Por isso, pode-se concluir que a atual política econômica é fator determinante para que o *segmento informal* ultrapassasse a *economia formal* pela primeira vez na história brasileira deste século. Outro paradoxo: como pode uma política econômica deixar crescer o segmento informal inviabilizando, pois, a sua própria efetividade como instrumento de intervenção, tendo em vista que não há controle eficaz sobre o que é informal?

Meikle considera incoerência do pensamento econômico recorrer à paternidade aristotélica e, ao mesmo tempo, separar a ciência da política e da moral, como faz o racionalismo moderno. Não abre exceção à Economia Política Clássica, à Neoclássica, ao Neoliberalismo e nem mesmo à crítica de Marx. O autor reconhece o vigor dos escritos econômicos aristotélicos na densidade explicativa de uma racionalidade que é ao mesmo tempo metafísica e teleológica. Enquanto moral no sentido ético-finalista, a ciência

cia torna-se obrigada a recorrer aos fundamentos mais básicos para interpretar a realidade humana. É isso que faz, segundo Meikle, os escritos econômicos aristotélicos — as não mais que uma dúzia de páginas da *Ética a Nicômaco* 5.5 e da *Política* 1.3-5 — serem tão consistentes a ponto de vigorar como única teoria monetária até o final do século XIX. Para Marx, Aristóteles descobriu o fundamento da teoria do valor econômico na comensurabilidade, embora considerasse que as limitações ideológicas do escravismo naquele tempo o impedissem associar comensurabilidade e trabalho, como fez a Economia Política Clássica.

Meikle considera que a unidade do pensamento econômico aristotélico que vincula valor, *riqueza, troca e dinheiro* nunca foi devidamente assimilada pelo que é denominado ciência econômica, porque aquela metafísica é incompatível com a metafísica Humeana sobre a qual foi construída o edifício desta ciência.

Murphy também enfoca a base metafísica do pensamento aristotélico em outra direção. Apóia-se na interpretação tomásica, reforçada posteriormente em John Poinot. Para Tomás de Aquino, a metafísica aristotélica fundamenta-se segundo as ordens da *necessidade* e da *intencionalidade*. A tríade *physis-ethos-nomos*, que demarca domínios básicos da ciência de Aristóteles, comporta-se também de acordo com uma hierarquia de *finalidade*. Desse modo, até a ciência da Natureza — *physis* —, o mais objetivo dos três domínios, é *ético-finalista*.

Essa relação tricotômica de Aristóteles jamais foi superada, segundo Murphy, para explicar o comportamento humano. É o fundamento de uma ontologia do agir humano aplicada aos

diferentes domínios da *praxis*, incluindo aí a economia.

Como a finalidade mais se expressa nos domínios *ethos-nomos*, campo por excelência dos assuntos econômicos, é fácil identificar o predomínio da *praxis* na interpretação da *economia*.

Aristóteles também identifica a relação *inseparável* entre meios e fins no mundo da técnica. A *techne* é, na verdade, um caso particular de *phronesis*.

O retorno de Murphy a Aristóteles consiste na demarcação do campo da *praxis*, em que o *agir* humano tem como reserva ontológica insubstituível o exercício da liberdade, expressa na auto-realização. A dimensão praxeológica do mundo ético e político pode ser estendida à esfera econômica, a partir do próprio Aristóteles, ao considerar o trabalho contendo finalidade em si mesmo, na unidade entre concepção e execução ou na auto-realização pela condição livre do homem.

O pensamento de Aristóteles, a *rigor*, não pode admitir a indissociabilidade de concepção e execução do trabalho como padrão mais eficiente de *divisão do trabalho*. A motivação e o empenho do trabalhador são proporcionais à realização da sua liberdade, e, conforme Ret. 1367a32, o que marca o homem livre é não viver do pensamento do outro. Isto ocorre apenas na relação de trabalho em que prevalece a unidade indissociável entre concepção e execução, fazer (*poiesis*) e conhecer (*noiesis*).

Em Aristóteles, há uma espécie geral de *divisão do trabalho* inerente ao desenvolvimento da *polis*. Para Murphy, reconhecer tal divisão não é, contudo, reduzi-la à condição técnica, como fez a ciência econômica desde a Economia Política Clássica. A universalização taylorista de organização do trabalho é o exemplo mais extremado dessa redu-

ção e sobretudo a que mais “*revela uma pobreza da imaginação moral no campo da divisão do trabalho.*” Toda espécie de redução à técnica deixa de lado o essencial do mundo do trabalho: “*a questão não é se, mas como o trabalho deve ser dividido.*” A condição da liberdade humana orientaria, segundo o autor, o pensamento de Aristóteles nos três conjuntos de relação: energia e kinesis; ato e potência; natureza, costume (*hábito*) e convenção (*regra/logos*). São signos que constroem na Economia a base conceitual da praxis – ou condição prudencial.

Ambos autores reforçam a inflexão praxeológica e o rigor explicativo que devem orientar a teoria econômica, visando a torná-la uma disciplina que trata da complexa relação entre natureza humana, ética e política aplicadas ao mundo econômico, fugindo assim à simplificação mecanicista dos modelos quantitativistas atuais da análise econômica, dirigidos exclusivamente para a compreensão do mercado.

Arnaldo Drummond